



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE ABRIL DE 1996

Urbano; demais representantes do setor dos trabalhadores rurais, da Contag, da CUT, aqui presentes,

Primeiro, quero reiterar o agradecimento.

Acho até bom que, de vez em quando, a gente se encontre – tenho dito isso sempre – para que possamos ter um diálogo mais direto e mais franco. Sem diálogo é impossível avançar.

Nós todos, ou, pelo menos, alguns de nós, temos cabelo branco e sabemos que não adianta pensar que na marra as coisas andam – andam, mas andam tortas. De qualquer que seja o lado. Então, acho muito bom que a gente converse.

Naturalmente, vou ler – não prometo que leia tudo – as pautas mínimas de reivindicação e posso adiantar alguns pontos de vista, do que ouvi, dizer que posso concordar ou que, talvez, não.

Em primeiro lugar, começando pelo fim, não há dúvida nenhuma de que, no âmbito do setor sucroalcooleiro, é preciso ter atenção toda especial para as questões sociais levantadas, como trabalho escravo e todas as demais. Que eu saiba, não houve nenhuma negocia-

ção ainda com o setor sucroalcooleiro. O que houve foi um começo de processo para aliviar o peso do ressarcimento, por parte da Petrobras, do custo do álcool, porque a dívida estava crescendo muito e, na verdade, há um subsídio embutido – e esse negócio de subsídios embutidos terceiros pagam sempre e ninguém nunca fica sabendo bem quem está pagando e quanto a quem.

Então, o que houve foi um mecanismo de correção do preço da gasolina e do álcool. Claro que quem está pagando é o consumidor, essa é a verdade: ele vai pagar, de um jeito ou de outro. Aqui, pelo menos, paga quem está usando o carro, e não toda a população, como estava acontecendo até agora. A modificação foi essa. Haverá outras, porque o setor está realmente endividado – vocês sabem disso –, fortemente endividado; não são todos, mas muitos produtores estão endividados. Alguns estão fechando, alguns vão ter que fechar mesmo – e acho que aí se tem que realmente colocar cláusulas duras na questão da contrapartida social, do modo como isso é feito. Trabalho escravo, então, nem pensar: tem que haver realmente uma reação muito forte.

Então, é bom que estejam em contato, talvez, com a Ministra Dorothea para ver essa questão – porque ela é encarregada disso aí –, para chamar a atenção para isso. É fácil conversar com a Dorothea, e eu direi a ela que tem que fazer dessa maneira.

No que diz respeito à questão do Incra e da reforma agrária – vocês são doutores na matéria –, também acho que o Incra precisa de remodelação. Tudo precisa de remodelação. O Estado brasileiro é um queijo suíço, cheio de buracos, todo furado, não tem nenhum pedacinho sem problema. E o Incra, é claro, é parte desse Estado. Agora, precisa de remodelação mesmo. E nós precisamos de ter melhor condição de remodelar: tal como as leis são hoje, não se pode fazer nada, só se pode é botar mais gente, que, em pouco tempo, fica igual aos que estão lá. Não haverá grande progresso, se não houver uma alteração mais forte da estrutura do Incra – estou dizendo isso em abstrato, porque não conheço no detalhe. Sempre fui resistente, mas não à idéia de eu estar diretamente ligado à questão: sempre que posso, dou sinal claro de apoio à reforma agrária.

Outro dia, você estava lá no Nordeste – aliás, não me lembro se estava ou não – e havia lá umas faixas do movimento dos sem-terra. Ninguém falou nas faixas, eu falei. Falei de propósito, para dizer: “Eu estou de acordo com essa faixa.” Falei para deixar bem claro que eu tenho, realmente, interesse em apoiar; e o que posso fazer faço, para apoiar.

Agora, ligado? Não há nenhum órgão da área ligado à Presidência diretamente. Não existe, funcionalmente, modo de ligar. Tem que ligar à Casa Civil, e a Casa Civil já está cheia de penduricalhos. Não sei se, do ponto de vista de funcionamento, isso realmente resolve. Em todo caso, vamos examinar mais uma vez a questão. Botamos lá o Grazziano, e infelizmente não foi possível manter. Agora, a pessoa que está lá também é da minha confiança, direta, pessoal, um homem comprometido com o pensamento da reforma agrária, tem tradição na área, enfim, tem toda a força nossa, e o Ministro Clóvis está em contato direto com ele. Qualquer problema, estou em cima para ver se cumprem a meta, se não cumprem, como é que se faz, como está no orçamento e se não está no orçamento. Tudo isso é uma luta cotidiana e tem que ser feito.

No que diz respeito ao Planaf, acho que é um programa realmente muito bom. Precisa de dinheiro.

Tenho uma reunião, hoje, com os ministros da área econômica, porque estamos discutindo a questão da execução orçamentária. Acho que temos que fazer com que essa execução seja relativamente automática, pelo menos durante três meses, para que, a cada trimestre, o gestor tenha noção do dinheiro que vai ter. Temos que passar de um regime da ditadura do Tesouro, por falta de recursos, para um regime do entendimento, em que realmente o Tesouro confie um pouco mais nos administradores e os administradores digam a verdade, de quanto recurso realmente precisam. Como estamos com desconfiança por causa da inflação, o orçamento muito dificilmente é realista. Não sendo realista, ou o Tesouro não pode soltar aquilo tudo, ou, então – o que acontece muitas vezes – falta o dinheiro porque o Tesouro segurou demais.

Isso é um longo processo de reorganização do Estado. De novo o queijo suíço. Espero que a gente, este ano, já possa dar um passo a mais no sentido de que os recursos fluam, não fiquem apenas no orçamento, não fiquem bloqueados.

Infelizmente, continuamos com um orçamento deficitário; então, temos que segurar um pouco, porque senão não teremos de onde tirar. Mas acho que o Planaf, acho não, o Planaf vai merecer uma atenção direta, minha, porque isso é importante.

No que diz respeito àqueles recursos que acertamos o ano passado, dos parceiros, não há dúvida de que têm que ser mantidos. Serão mantidos. Não sei o negócio do teto: tem que falar com o Beto Mendonça e o Guilherme, os que mexem nessa matéria, para ver o que é possível, o que é realista fazer. Mas os critérios vão ser mantidos.

No Planaf acho que é fundamental dar até mais injeção de recursos, para que ele possa caminhar, porque temos que enfrentar a questão da geração de empregos, uma questão que não pode ser posta à margem.

Tenho verificado os dados do emprego. A dificuldade desse processo é a seguinte: quando você vê no agregado, não está havendo crescimento dramático de desemprego. Ao contrário. O ano passado, no agregado, quer dizer, no conjunto, foi o de mais baixo índice de desemprego desde que o IBGE faz a pesquisa. E os dados eu posso mostrar porque estão disponíveis.

Em segundo lugar, pelos dados do Dieese e da Fiesp, no que diz respeito a desemprego industrial, também se tem uma série longa, até fevereiro. Nessa série longa, não houve crescimento significativo no conjunto do emprego.

Mas está havendo um outro problema no Brasil, que é normal, mas exige certa atenção. É que está havendo uma reestruturação do emprego. Então, algumas empresas estão se deslocando espacialmente. Por exemplo, indústrias de calçados e têxtil estão abrindo no Nordeste, estão fechando no Sul.

Até pode ser uma coisa positiva no longo prazo, mas, no curto prazo, o sujeito que está no Sul perdeu o emprego. Se o outro ganhou lá no Nordeste, não desafoga o bolso de quem perdeu aqui.

Então você tem problemas. As pessoas confundem alhos com bugalhos: "Está havendo recessão." Não tem recessão, não. O que está havendo é uma reestruturação. E essa reestruturação produz problemas específicos, em certas regiões, na questão do emprego. Então, temos que atender a esse problema com muita energia.

No caso do campo, vocês sabem bem, a tendência é diminuir o emprego, porque é a tendência no mundo. Na Inglaterra, diminuiu, em 50 anos, de 80% para 2% a população economicamente ativa que ficou no campo. Sumiu. No Brasil, está caindo; e vai continuar caindo, a menos que o País deixe de ter desenvolvimento econômico. Aí pode haver até uma volta. Mas ninguém quer isso.

Então, é preciso prestar atenção a isso, porque tem conseqüências sociais negativas. O processo de transformação da estrutura produtiva ocasiona problemas sociais. E não adianta dizer: "Deixa que o mercado resolve." O mercado não resolve. Tem que haver políticas para se poder fazer frente a esses problemas.

Daí a necessidade do Planaf de enfrentar a questão do assentamento rural, da colonização, da irrigação, porque aí você multiplica a oferta de emprego. Mas a gente tem que entender o conjunto das coisas, senão a gente se confunde e fica reacionário, porque fica pensando que a mudança é ruim ou que toda mudança é ruim. Não, não é ruim, não. É que se tem que tomar a atitude correspondente ao futuro, e não ao passado. E isso não é fácil, sobretudo agora, neste momento da transição do Brasil e em que o mundo está mudando. O mundo está mudando violentamente. Já mudou muito, e vai continuar mudando violentamente, dando sacolejão em toda parte, criando problemas em toda parte.

Então, temos que estar informados do que está acontecendo, e essa informação não pode ser só, como estou falando aqui, em termos globais, da tendência: tem que ser no específico. Às vezes, uma transformação que é inelutável, que é progressista causa problemas negativos em certas regiões, e é nossa obrigação cuidar do que está acontecendo nessas regiões que estão sendo afetadas.

Mas não se deve perder o horizonte, porque, quando se perde o horizonte, quando se deixa de entender o processo global, a gente

perde a parada. Vocês se lembram daquelas lutas antigas dos sindicatos, quando foram introduzidas máquinas? Quebravam as máquinas, porque a máquina desempregava. Era o chamado cartismo. Até que o movimento operário percebeu que não adianta quebrar máquina.

Hoje, o mundo está de novo numa fase dessas. A automação, a comunicação instantânea, isso está destruindo empregos. Você vai ser contra? Não pode. Você tem que ver como recria, como cria novas condições que permitam a coisa avançar, como fazer a inserção da sua economia no plano internacional. Vamos ter que fazer algumas opções, porque, quando o processo de divisão social do trabalho muda, que é o que está acontecendo agora, aqui, você tem que tomar decisões. Não adianta pensar que vai ser como antes. Não vai ser como antes. Não dá para apostar em tudo, tem que ver onde é que você tem mais vantagem de apostar. E esses é que vão ser os setores dinâmicos da economia.

Deixe-me dar um só exemplo – desculpem, estou falando demais, não quero cansar vocês, não, mas, enfim, é o velho hábito de ter sido professor; também não quero dar aula a ninguém, não: quero somente dizer como estou vendo as coisas, para que entendam porque que faço isso ou aquilo, porque digo isso ou aquilo –, um só exemplo, nessa matéria de transformações.

O Brasil deu um grande salto em industrialização, com a indústria automobilística, no tempo do Juscelino – Getúlio, depois Juscelino. O que fizemos naquele momento? Infra-estrutura: petróleo, portos, estradas, energia, Eletrobrás, Petrobras, aquela coisa toda que foi montada ali – e a atração do capital estrangeiro para fazer automóvel aqui. Na verdade, nosso desenvolvimento só deu um novo salto no tempo do Geisel, que quis dar um outro salto, e deu, na petroquímica: juntou o Estado com a multinacional, não sei o quê, tomou algumas decisões que deram um novo empurrão para a transformação da economia. Depois, veio o choque do petróleo, paralisou tudo, atrapalhou, ficamos patinando, na década de 80 patinamos muito; demos um salto na agricultura, por causa da Embrapa, porque ocupou o cerrado. Enfim, mudou uma porção de coisas desse tipo, assim.

Agora, estamos num outro momento. Pegue-se o que eu estava dizendo: a indústria automobilística. Nós ficamos patinando na indústria automobilística durante anos. Eram quatro ou cinco grandes montadoras – não vinha mais ninguém – que faziam os mesmos carros. O que está acontecendo agora? Depois de muita transformação que fizemos, todos estão investindo de novo, todas as fábricas: as japonesas, que não estavam aqui; a Mercedes, que não fazia automóvel, fazia só caminhão; a Fiat, que dobrou a sua produção lá em Minas; a General Motors; a Volkswagen, que está fazendo fábricas de motores para caminhão no Rio de Janeiro, fábrica de motor lá em São Carlos. Por quê? Porque, ou nós passamos desta fase do Brasil em que você monta carro aqui e vende aqui dentro, ou fazemos uma coisa diferente: criamos capacidade de lançar produto novo no mundo, que é o que está sendo feito agora.

Para lançar produto novo no mundo, você tem que ter – tudo se fala em inglês – *design*, quer dizer, o desenho; o *marketing*, que é técnica de mercado; o *know-how*. Está tudo muito internacionalizado. Se não lançarmos produto novo no mundo – e, para isso, temos que ter desenvolvimento tecnológico, por isso que eles põem fábrica em São Carlos, por mais que eu queira que eles a ponham no Nordeste (não põem, porque São Carlos tem universidade) –, se não lançarmos produto novo no mundo, repito, vamos ficar patinando. Lançar produto novo no mundo requer um esforço enorme, rearticulação dos portos, das estradas, das fontes de abastecimento de energia de novo. Só sete países fazem isso; os que montam carro são cinquenta, mas capazes de lançar produto novo são só sete. O Brasil será o oitavo, está se preparando para ser o oitavo.

Então, se você vai mudar a estrutura do setor produtivo brasileiro, tem que entender isso. Na petroquímica é a mesma coisa. Eu, sozinho, já autorizei dois pólos de petroquímica e vou autorizar mais um. O Brasil tinha três: um na Bahia, um no Rio Grande do Sul e outro em São Paulo. Eu autorizei duplicar o do Rio Grande do Sul, para fazer um pólo petroquímico; o do Rio de Janeiro, o gás-quími-

co; e vou autorizar mais um: três. Quer dizer, estamos dobrando a capacidade produtiva na petroquímica. É claro que não é no ano que vem: isso leva cinco, seis, sete anos maturando. Papel e celulose a mesma coisa. Os investimentos estão sendo feitos.

Vamos dar um salto qualitativo no modo como se organiza a economia do Brasil. E isso vai afetar o campo, não tenha dúvida. Quando se tiver mais petroquímica, afetará, porque afeta o adubo, não é isso? Celulose afeta, porque vai ter plantação de eucalipto, sei lá do quê, haverá a atração de certo tipo de mão de obra.

Então, temos que estar olhando lá na frente, qual é o objetivo, o que está acontecendo, como é que as coisas estão se movendo; e, ao mesmo tempo, ir tampando os buracos que estão ficando atrás e vendo que não dá para, simplesmente, pensar no setor de avançada, porque tem uma parte da economia que não é assim, tem uma parte da sociedade que não é assim, e tem-se que olhar para essa parte.

Mas não devemos nunca perder a noção do conjunto, de como as coisas estão se movendo, porque, quando a gente perde a noção do conjunto, de como as coisas estão se movendo, fica-se reacionário, pega-se a parte pelo todo, fica-se atrasado. Fica uma coisa, assim, que, com o tempo, se perde.

Bom, estou fazendo esse lero-lero todo só para dizer que, no meu modo de entender, esse processo agrícola, essa questão do Planaf, essa questão da reforma agrária é fundamental, porque, quanto mais depressa formos nessa direção que estou apontando, mais vai ser necessário termos uma política social capaz de atender às demandas que serão criadas pelo próprio progresso. É isso que temos que fazer. Agora, temos que olhar o conjunto, para não ficarmos levantando temas e palavras de ordem que não têm nada mais a ver com a realidade que está emergindo.

Bom, dito isso, quero só reiterar que, quando acharem importante conversar comigo sobre um tema específico, não haverá problema. E quando acharem que algum Ministro precisa ser ouvido, também não haverá problema. O Doutor Lucena está aí, vocês se conhecem de longa data, é só apertar o botão.

(Um interlocutor não identificado): Presidente, com essa pauta, o que queríamos pedir é que o senhor recomendasse aos Ministros que têm a ver com essa pauta estabelecerem um processo de conversação. Disse: “Bom, a partir da semana que vem, a gente estabelece com um e com outro...”

Presidente: Perfeito. Isso eu faço já. Não tem problema não, o Dr. Lucena está assistindo à conversa. Qualquer contato que você precise será feito.

Agora, pense em uma outra coisa: pode ser prematuro dizer, mas é preciso envolver mais as prefeituras nos processos de reforma agrária. Não vamos conseguir, a partir de uma visão centralizadora, resolver essa questão. Tem alguém, aqui, do Acre? Pois é, lá no Acre há experiências concretas, feitas pela prefeitura, que funcionam e são mais baratas.

Quer dizer, não adianta pensar que, a partir de Brasília, da centralização – esse modelo que nós pusemos na cabeça, um modelo autoritário – vai funcionar. Um grande Inbra? Não adianta. Não estou contra o Inbra, não: estou dizendo que não adianta, que não é possível.

É um debate importante. Não estou dizendo que não tenha de haver um papel do Governo central ou do Inbra. Tem que haver. Mas, ou nós envolvemos os municípios, que sabem onde o calo aperta, sabem onde há terra, onde sai mais barato o assentamento – acho que o negócio do Acre é importante, nesse sentido – ou não vamos conseguir, vamos ficar batendo com a cabeça na parede.

Quer dizer, como isto aqui é um país continental, não adianta. Brasília tem um poder muito limitado para fazer as coisas. Tem poder de algum recurso, de sinalização, de não sei o quê, de pressão. Mas a realização depende, efetivamente, de nós termos uma certa capilaridade.

Então, gostaria que vocês incluíssem na pauta das conversas esta questão: como é que a gente pode dinamizar mais a questão agrícola, através da utilização do município e da pressão coordenada com os municípios.

Muito obrigado a vocês e até a próxima.